



MUNICÍPIO DE TAMARANA  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DA PREFEITA

Ofício Nº 462/2024-GAB.

Tamarana, 12 de Dezembro de 2024.

Assunto: Encaminha resposta ao Ofício nº 178/2024, referente Projeto de Lei nº12 de Setembro de 2024


Exmo: Senhor

Vimos através do presente, encaminhar a resposta referente ao Ofício nº 178/2024, solicitando informações sobre a nova redação do Projeto de Lei nº012/2024, referente à criação de cargo efetivo de Técnico de Enfermagem no quadro próprio de Servidores Públicos Municipais constante no anexo I, da Lei Municipal nº 120/1999.

Na certeza de contar com a indispensável colaboração, coloco-me a inteira disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos que se julguem necessário.

Atenciosamente,

  
Luzia Harue Suzukawa  
PREFEITA

  
Aparecida Yoko Nakaoka Rochedo  
Chefe de Gabinete

Ao  
Exmo Senhor,  
MÁRIO CÉSAR FABIANO  
Presidente da Câmara Municipal.  
Nesta.

**RECEBIDO**

EM: 12 / 12 / 2024

  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

Procuradoria Jurídica

OFÍCIO/PGM 067/2024

Tamarana, 12 de dezembro de 2024.

Cumprimentando-os cordialmente, sirvo-me do presente, em resposta ao Ofício n. 178/2024, apresentar resposta para o questionamento formalizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. Mario Cesar Fabiano, após indagação feita pela Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas.

A Lei Municipal n. 1267/2018 institui a jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, de acordo com as necessidades do serviço público ofertado.

Ainda que em seu art. 10 mencione o cargo de técnico de enfermagem e respectiva carga horária, é cediço que o referido cargo sequer existia no município.

Por esta razão, fora encaminhado o projeto de lei para a criação do cargo de técnico de enfermagem, devidamente justificado, conforme a necessidade exposta pela Secretaria Municipal de Saúde, com ciência do Conselho Municipal de Saúde. Ademais, o ato visa cumprir uma recomendação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Por fim, destaco o art. 2º do referido projeto de lei prevê a revogação de quaisquer disposições em contrário.

Logo, diante das considerações, não haverá alteração no projeto de lei em tramitação.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

  
**SUELLEN FERREIRA POLICAN**

**Procuradora-Geral do Município**

**OAB/PR n. 85.778**

**Decreto de nomeação n. 033/2024**

**02 de fevereiro de 2024**